



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO**

# **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Dados Consolidados**

20

23



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023**

**SUMÁRIO**

1. Informações Gerais.....	03
2. Base das Demonstrações Contábeis.....	03
2.1. Principais Práticas Contábeis.....	04
2.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	04
2.1.2 Créditos e Valores a Curto Prazo.....	04
2.1.2.1 – Metodologia de cálculo para perdas.....	05
2.1.3 Estoques.....	05
2.1.4 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente.....	05
2.1.5 Créditos a Longo Prazo.....	05
2.1.6. Imobilizado.....	06
2.1.6.1 Bens Móveis.....	06
2.1.6.2 Bens Imóveis.....	06
2.1.7. Intangível.....	06
2.1.8 Passivo Circulante.....	07
2.1.9 Apuração do Resultado .....	07
2.2 Critérios Adotados na Consolidação das Demonstrações do Poder.....	08
3. Balanço Patrimonial.....	09
3.1. Balanço Patrimonial - MCASP.....	09
4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) .....	16
5. Balanço Orçamentário (BO) .....	21
5.1. Balanço Orçamentário – MCASP.....	21
5.2. Conciliação dos dados do Balanço Orçamentário com a Demonstração de Fluxos de Caixa.....	24
6. Balanço Financeiro.....	25
7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) .....	27



Dados Consolidados

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023**

### **1. Informações Gerais**

Órgão do Poder Judiciário do Brasil, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) tem sua sede em Recife e jurisdição em todo estado. Sua competência consta no artigo 61 da Constituição estadual.

Conta com uma força de trabalho de 52 desembargadores, 507 juízes de direito e 6.718 servidores públicos ativos, no mister da prestação jurisdicional ao cidadão, visando à pacificação social.

O custo necessário ao funcionamento da máquina judiciária é suportado por meio de orçamento público aprovado em Lei Orçamentária Anual (LOA). Os recursos financeiros são advindos do Poder Executivo estadual por meio de duodécimos, bem como de receitas diretamente arrecadadas pelo Poder.

A operacionalização dos recursos orçamentários e financeiros do Poder, com seus respectivos reflexos patrimoniais, ocorre por meio de duas unidades gestoras: Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco (FERM-PJPE).

Em cumprimento à legislação e à necessidade de possibilitar o controle social, o Poder elabora e publica as demonstrações contábeis, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.

Para tanto, observam-se as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), fruto do processo de convergência contábil das normas brasileiras de contabilidade aos padrões internacionais.

### **2. Base das Demonstrações Contábeis**

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL), editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As Demonstrações Contábeis foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), 9ª edição, somadas às Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC), ambos publicados pela Secretaria do



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023**

Tesouro Nacional (STN). Além disso, é observada a legislação vigente aplicada, dentre as quais destaca-se a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

São apresentadas em consonância com os novos padrões de contabilidade, por serem o conjunto consolidado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade, sendo compostas por:

- I. Balanço Patrimonial;
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- III. Balanço Orçamentário;
- IV. Balanço Financeiro;
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- VI. Notas Explicativas.

Por tratarem-se das demonstrações consolidadas do Poder Judiciário, agregam, portanto, os saldos da Unidade Gestora Executora (UGE) 070001 – TJPE e da UGE 070002 – FERM-PJ, representando uma única unidade contábil, excluindo-se as transações recíprocas entre as unidades envolvidas, partindo das informações constantes no Sistema Corporativo e-Fisco, do Poder Executivo estadual.

Registre-se, por oportuno, que as demonstrações individualizadas, por unidade gestora do Poder, estão disponíveis no endereço <https://portal.tjpe.jus.br/web/transparencia/prestacao-de-contas/contas-publicas/2023>.

## **2.1. Principais Práticas Contábeis**

**2.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa** - Compreendem o caixa e equivalentes de caixa e são mensurados ou avaliados pelo valor original, em moeda nacional. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

**2.1.2 Créditos e Valores a Curto Prazo** - São mensurados ou avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. Destaca-se nesse grupo os depósitos restituíveis que compreendem os recursos financeiros sob a guarda do Poder para o pagamento de precatórios pertencentes aos Entes / Entidades do Estado de Pernambuco.

Já os direitos a receber referem-se, principalmente, a: (I) acordos com servidores e ex-servidores; (II) multas por descumprimento contratual; (III) arrendamentos; (IV)



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023**

ressarcimento de pessoal cedido; (V) remuneração pela administração dos depósitos judiciais; (VI) direito de operacionalização da folha de pagamento de pessoal; (VII) multa por processo administrativo disciplinar; entre outros.

**2.1.2.1 – Metodologia de cálculo – Ajuste para perdas** - Com base na perspectiva de recebimento, é constituído ajuste para perdas, tanto para os créditos de curto prazo quanto de longo prazo.

O MCASP não define metodologia a ser adotada para cálculo do ajuste para perdas. Este está sendo registrado pelo Poder desde 2015, com base em orientações contidas em edições anteriores do Manual, conforme demonstrativo a seguir.

Demonstrativo do Cálculo do Percentual de Recebimentos do Ajuste para Perdas			
Descrição	2023	2022	2021
Créditos Recebidos no Exercício	a1	a2	a3
Soma dos Saldos Mensais dos Créditos a Receber	b1	b2	b3
Média Anual de Saldos Mensais	$c1=b1/12$	$c2=b2/12$	$c3=b3/12$
Média Ponderada de Recebimentos	$d1=a1/c1*100$	$d2=a2/c2*100$	$d3=a3/c3*100$
Média Percentual de Recebimentos dos Três Últimos Exercícios	$e= (d1+ d2+ d3)/3$		
Ajuste para Perdas	$f=100-e$		

**2.1.3 Estoques** - Compreendem os materiais de consumo, medicamentos e materiais hospitalares, abarcando, assim, todo o almoxarifado do Poder. São registrados com base no valor de aquisição/produção. Por sua vez, o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/1964.

**2.1.4 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente** - Representam os valores registrados a título de despesas antecipadas que serão apropriados às Variações Patrimoniais Diminutivas nos exercícios subsequentes, quando da ocorrência dos respectivos fatos geradores, de acordo com o princípio da competência.

**2.1.5 Créditos a Longo Prazo** - Compostos pelos valores inscritos em dívida ativa não tributária. São avaliados e mensurados pelo valor original, atualizados mensalmente, com base no art. 14 da Lei nº 13.178 de 29 de dezembro de 2006, com respectivos acréscimos levados para o resultado patrimonial do período.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023**

A metodologia de cálculo utilizada é a mesma para créditos a curto prazo e encontra-se detalhada no item 2.1.2.1.

**2.1.6 Imobilizado** - É mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluindo os gastos adicionais ou complementares que aumentem a sua vida útil e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Em se tratando daqueles obtidos a título gratuito, o valor patrimonial é o definido nos termos da doação ou o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico.

O imobilizado sofre o registro da depreciação, que representa a redução do valor dos bens corpóreos pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

**2.1.6.1 Bens Móveis** - Os bens estão reconhecidos a valores históricos, devidamente conciliados com o inventário elaborado pela Gerência de Patrimônio da Diretoria de Infraestrutura. Em 2021, passaram a ser depreciados os bens adquiridos a partir de 01/01/2011, adotando-se o método de cotas constantes. Em relação aos bens adquiridos anteriormente à data de corte, até 31/12/2010, a comissão constituída definiu os critérios de avaliação, de acordo com a IN nº 11/2021, estando em fase de implantação o respectivo ajuste dos bens, bem como da depreciação, dentro do critério de ajuste por adoção inicial, previsto nas normas contábeis vigentes.

**2.1.6.2. Bens Imóveis** - A política definida foi de registrar todos os imóveis com obras concluídas até 2015 pelo valor da avaliação técnica realizada pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA). Já aquelas finalizadas a partir de 2016 são reconhecidas pelo custo de aquisição ou construção. Para ambas situações, a depreciação está sendo registrada, desde 2016, com base na vida útil informada pela DEA, conforme método de cotas constantes.

Em observância ao conceito de ativo imobilizado contido no MCASP, os bens até então avaliados pela DEA, cuja propriedade não é do TJPE, mas os riscos, benefícios e controle foram identificados como sendo do Poder, foram também registrados no patrimônio deste.

**2.1.7 Intangível** - Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção, correspondendo em sua totalidade a softwares. São amortizados pelo método de cotas constantes, quando possuem vida útil definida, ou seja, existência ou exercício de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, é adotado o valor resultante da avaliação



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023**

obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

**2.1.8 Passivo Circulante** - As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescidas dos respectivos encargos, quando aplicável, que são levados para o resultado. Destacam-se as férias e 13º salário, verbas essas que são apropriadas mensalmente por competência, refletindo os valores devidos até o encerramento do exercício. Especificamente sobre o passivo de licença prêmio, é registrado o valor devido a servidores na sua forma indenizada, de acordo com a legislação vigente. As obrigações relativas a cauções em pecúnia, decorrentes de contrato, são atualizadas mensalmente, aumentando a respectiva obrigação.

**2.1.9 – Apuração do Resultado** - A contabilidade aplicada ao setor público possibilita a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

**Resultado patrimonial** - Decorre da confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD), ocorridas no exercício, apresentada na Demonstração das Variações Patrimoniais, em observância ao regime de competência.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício, representando acréscimo ou decréscimo ao patrimônio da entidade.

**Resultado orçamentário** - O regime orçamentário adotado segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas (ou realizadas) e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

**Resultado financeiro** - Apurado no Balanço Financeiro, representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e impactaram nas disponibilidades. É possível, também, verificar o



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023**

resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, por meio da geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

**2.2. Critérios Adotados na Consolidação das Demonstrações do Poder**

Conforme preceitua o MCASP:

Consolidação das demonstrações contábeis é o processo de agregação dos saldos das contas de mais de uma entidade, excluindo-se as transações recíprocas, de modo a disponibilizar os macro agregados do setor público, proporcionando uma visão global do resultado.

No setor público brasileiro, a consolidação pode ser feita no âmbito intragovernamental (em cada ente da Federação) ou em âmbito intergovernamental (consolidação nacional).

A consolidação nacional é de competência da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e abrange todas as entidades incluídas no orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS), a saber:

- a. as esferas de governo (União, estados, Distrito Federal e municípios);
- b. os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário); e
- c. a administração pública, direta e indireta, incluindo fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes. (MCASP, 9º edição, pág. 560)

Nesse contexto, para a elaboração das demonstrações consolidadas do Poder Judiciário de Pernambuco, foram realizadas as seguintes exclusões de saldos recíprocos decorrentes de transações entre as unidades do próprio Poder. Esses valores são identificados conforme metodologia adotada no registro contábil de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Importante esclarecer que não houve ajustes na consolidação do Balanço Orçamentário, tampouco da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

	2023	2022
Balanço Patrimonial		
Ativo	1.084.952,79	955.528,27
Passivo	1.084.952,79	955.528,27
Demonstração das variações Patrimoniais		
Variações Patrimoniais Aumentativas	31.136.219,19	57.182.935,68
Variações Patrimoniais Diminutivas	31.136.219,19	57.182.935,68
Balanço Financeiro		
Ingressos	25.696.393,46	20.379.616,76
Dispêndios	25.696.393,46	20.379.616,76



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023**

**3. Balanço Patrimonial**

Evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais registrados em contas de compensação, conforme definição contida no MCASP.

Em atenção ao disposto no MCASP e na IPC 04, Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial, os seguintes quadros foram elaborados:

- Balanço Patrimonial – MCASP
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/1964
- Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964
- Quadro do Superávit /Déficit Financeiro – Lei nº 4.320/1964

**3.1. Balanço Patrimonial - MCASP**

**Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa** – Compreende os valores disponíveis, em moeda nacional, conforme detalhamento abaixo:

Descrição	2023	2022
Conta Única	4.722.076,40	4.435.568,07
Contas Movimento	88,42	-
CDB/RDB	66.642.463,67	67.135.260,15
Fundos de Aplicação Financeira	359.015.257,56	206.590.069,74
TOTAL	430.379.886,05	278.160.897,96

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 2 – Créditos a Curto Prazo** – Do total, R\$ 360.534,71 refere-se a valores a receber relativo a um processo referente Taxa de Utilização dos Serviços Notariais ou de Registro -TSNR, que se encontra na Superintendência Jurídica da Secretaria da Fazenda (SEFAZ-PE), para fins de constituição do crédito tributário. O saldo restante compreende valores a receber da SEFAZ-PE referente custas e taxas arrecadadas via DAE, em função de Convênio formalizado com este Poder.

**Nota 3 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo** – Compreendem os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023**

Descrição	2023	2022
Precatórios sob a guarda do TJPE – Entes e Entidades <sup>1</sup>	166.257.295,32	-
Créditos a receber pela administração dos depósitos judiciais em bancos oficiais <sup>2</sup>	7.704.968,90	8.070.558,73
Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais)	3.727.725,42	3.727.725,42
( - ) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais) <sup>3</sup>	(3.637.514,46)	(3.641.614,96)
Convênio de Cessão de Pessoal	2.095.549,21	2.150.759,21
Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores	1.803.738,85	1.811.162,84
( - ) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores <sup>3</sup>	(1.760.088,37)	(1.769.324,98)
Créditos a receber provenientes da folha de pagamento - Santander e Bradesco <sup>2</sup>	811.492,24	722.627,07
Suprimento de Fundos Institucional	426.960,90	47.366,44
Créditos a receber por arrendamentos	24.927,74	68.094,60
Créditos a receber por outros contratos	15.856,53	38.270,20
( - ) Ajuste de perdas de créditos a receber <sup>3</sup>	(15.472,80)	(38.246,20)
Multas em Processo Administrativo Disciplinar (PAD)	-	400.787,10
Outros Créditos a receber	6.020,72	8.858,61
<b>TOTAL</b>	<b>177.461.460,20</b>	<b>11.597.024,08</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Os recursos de precatórios sob a guarda do TJPE pertencentes aos Entes / Entidades do estado de Pernambuco, bem como à autarquia federal INSS por ações acidentárias, foram registrados no ativo e passivo financeiro do Poder a partir de 31/12/2023. Esses valores vinham sendo acompanhados por meio de contas de controle, totalizando ao final de 2022 o valor de R\$ 137.335.804,29.

<sup>2</sup> Valores a receber de dezembro, decorrentes da operacionalização da folha de pagamento e da administração dos depósitos judiciais, recebidos em janeiro do ano seguinte.

<sup>3</sup> O ajuste corresponde a 97,58%, calculado pela metodologia descrita no item 2.1.2.1.

**Nota 4 – Estoques** – Compostos por dois almoxarifados, sendo um de materiais de consumo administrado pela Diretoria de Infraestrutura (97%) e o outro de materiais médico e odontológico (3%) gerido pelo Centro de Saúde do TJPE.

**Nota 5 – VPD Pagas Antecipadamente** – Correspondem às variações patrimoniais diminutivas (VPD), referentes a Serviços de TI, Prêmios de Seguros e Assinaturas e Anuidades.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023**

**Nota 6 – Realizável a Longo Prazo** – Compreende o valor a receber a título de Dívida Ativa tributária e não Tributária, esta deduzida do ajuste para perdas a um percentual de 99,73%, calculado conforme metodologia descrita no item 2.1.2.1. Os valores inscritos referem-se a multas contratuais aplicadas a fornecedores, valores pendentes de arrendatários, penalidades aplicadas a cartório e valores recebidos por ex-servidores sujeitos a devolução.

Descrição	2023	2022
Créditos Inscritos em Dívida Ativa Não Tributária	4.636.763,54	3.295.565,57
( - ) Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária	(4.624.244,28)	(3.286.667,54)
Dívidas Ativas Tributárias	207.771,09	-
Total	220.290,35	8.898,03

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 7 – Imobilizado** – Composto por Bens Móveis e Imóveis, consoante detalhamento abaixo, onde todos os bens do Poder estão centralizados na unidade gestora TJPE.

Descrição	2023 (a)	2022 (b)	Crescimento % (c) = (a – b) / b*100
Bens Imóveis	758.798.981,31	750.349.159,46	1,13%
( - ) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(69.483.066,51)	(59.873.726,26)	16,05%
Bens Móveis	292.203.676,81	286.301.941,03	2,06%
( - ) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(127.526.797,06)	(114.924.861,68)	10,97%
Total	853.992.794,55	861.852.512,55	-0,91%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Devido à relevância desse grupo, optou-se pelo detalhamento dos bens móveis e imóveis, respectivamente, evidenciados abaixo:

Bens Móveis - Detalhamento	2023	2022	Variação 2023 / 2022
Valor Contábil Bruto inicial (I)	286.301.941,03	249.415.815,39	14,79%
Adições - Aquisições e/ou Bens Recebidos (II)	7.060.379,09	37.161.495,53	-81,00%
Baixas/Desincorporações e Doações no Período (III)	(1.158.643,31)	(275.369,89)	320,76%
Valor Contábil Bruto final (IV) = (I + II + III)	292.203.676,81	286.301.941,03	2,06%

(Continua)



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023**

			(Continuação)
Bens de Informática	131.956.916,23	131.806.550,52	0,11%
Móveis e Utensílios	67.335.103,03	65.862.506,83	2,24%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	65.985.969,60	61.178.706,45	7,86%
Veículos	24.743.324,81	25.280.183,85	-2,12%
Obras de Arte e Peças para Exposição	409.562,07	409.562,07	-
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação <sup>1</sup>	1.772.801,07	1.764.431,31	0,47%
Depreciação Acumulada Inicial (V)	(114.924.861,68)	(101.576.788,26)	13,14%
Depreciação Reconhecida no Período (VI)	(12.697.204,92)	(13.348.639,42)	-4,88%
Baixas de Depreciação Acumulada (VII)	95.269,54	566,00	16.732%
Depreciação Acumulada Final (VIII) = (V + VI + VII)	(127.526.797,06)	(114.924.861,68)	10,97%
Bens de Informática	(68.370.783,82)	(61.900.043,87)	10,45%
Móveis e Utensílios	(25.847.598,48)	(23.956.666,29)	7,89%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	(24.851.041,83)	(21.824.022,35)	13,87%
Veículos	(7.353.654,49)	(6.210.643,87)	18,40%
Materiais culturais, Educacionais e de Comunicação	(1.103.718,44)	(1.033.485,30)	6,80%
Valor Contábil Líquido de Bens Móveis (IX) = (IV) + (VIII)	164.676.879,75	171.377.079,35	-3,91%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> O valor evidenciado nessa conta inclui os valores registrados a título de Coleções e Materiais Bibliográficos.

Bens Imóveis - Detalhamento	2023	2022	Variação 2023 / 2022
Valor Contábil Bruto inicial (I)	750.349.159,46	742.485.539,11	1,06%
Adições (II)	10.799.471,61	10.794.130,20	0,05%
Baixas (III)	(2.349.649,76)	(2.930.509,85)	-19,82%
Valor Contábil Bruto Final (IV) = (I) + (II) + (III)	758.798.981,31	750.349.159,46	1,13%
Edificações em Geral	581.613.562,64	582.387.991,72	-0,13%
Terrenos com Edificações	113.258.175,39	113.607.735,39	-0,31%
Bens Imóveis do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental	27.809.214,30	27.809.214,30	-
Obras em Andamento	15.755.215,35	8.671.645,21	81,69%
Terrenos sem Edificações	8.974.392,50	9.827.696,88	-8,68%
Instalações	10.023.577,21	4.037.247,47	148,28%
Bens Imóveis Cedidos por Terceiros	1.289.701,56	1.289.701,56	-

(Continua)



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023**

(Continuação)			
Instalações em Andamento	-	2.672.526,07	-100%
Estudos e Projetos	75.142,36	45.400,86	65,51%
Depreciação Acumulada anterior (V)	(59.873.726,26)	(50.579.676,47)	18,38%
Depreciação Reconhecida no período (VI)	(9.738.959,45)	(9.475.643,54)	2,78%
Baixas de depreciação acumulada (VII)	129.619,20	181.593,75	-28,62%
Depreciação Acumulada no final do período (VIII) = (V) + (VI) + (VII)	(69.483.066,51)	(59.873.726,26)	16,05%
Valor Contábil Líquido de Bens Imóveis (IX) = (IV) + (VIII)	689.315.914,80	690.475.433,20	-0,17%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 8 – Intangível** – Especificamente relacionado a software, encontra-se evidenciado pelo valor líquido, deduzido da respectiva amortização acumulada, reconhecida para aqueles com vida útil atribuída como definida.

Softwares - Detalhamento	2023	2022	Variação 2023 / 2022
Valor Contábil Bruto inicial (I)	31.816.997,35	29.393.019,52	8,25%
Adições (II)	5.438.705,73	7.114.950,78	-23,56%
Baixas (III)	(7.434.728,57)	(4.690.972,95)	58,49%
Valor Contábil Bruto Final (IV) = (I) + (II) + (III)	29.820.974,51	31.816.997,35	-6,27%
Amortização Acumulada anterior (V)	(16.246.116,53)	(16.999.427,07)	-4,43%
Amortização Reconhecida no período (VI)	(3.464.075,60)	(3.869.596,55)	-10,48%
Baixas de Amortização acumulada (VII)	3.391.576,49	4.622.907,09	-26,64%
Amortização Acumulada no final do período (VIII) = (V) + (VI) + (VII)	(16.318.615,64)	(16.246.116,53)	0,45%
Valor Contábil Líquido de Softwares (IX) = (IV) + (VIII)	13.502.358,87	15.570.880,82	-13,28%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 9 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo** – Compreendem as obrigações de férias, referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito e encargos a pagar, entre outros, evidenciados na tabela a seguir.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023**

Descrição	2023	2022	Varição 2023 / 2022
Férias – Remuneração/subsidio - Folha de Pessoal Civil <sup>1</sup>	109.986.676,88	96.861.859,70	13,55%
Férias - Abono Constitucional - Folha de Pessoal Civil <sup>1</sup>	32.689.652,89	29.681.841,04	10,13%
Férias - Contribuição Patronal RPPS <sup>1</sup>	24.369.934,20	20.119.544,03	21,13%
Licença Prêmio <sup>1</sup>	15.474.956,41	20.453.897,99	-24,34%
Férias – Auxílio Alimentação - Folha de Pessoal Civil <sup>1</sup>	5.407.477,70	5.243.495,35	3,13%
Contribuição Patronal ao FUNAPREV	1.045.770,80	345.132,77	203,01%
Pessoal a Pagar pela UG	1.031.600,00	18.528.219,11	-94,43%
Contribuição Patronal INSS	906.211,86	777.036,41	16,62%
Contribuição Patronal ao SASSEPE	637.927,88	696.394,19	-8,40%
Férias – Contribuição Patronal INSS <sup>1</sup>	618.745,13	543.606,23	13,82%
Pessoal de Exercícios Anteriores	589.480,54	632.714,01	-6,83%
Previdência Complementar a Pagar (BB-Prev)	66.796,63	-	-
INSS de Terceiros PF a Pagar	12.290,20	-	-
<b>Total</b>	<b>192.837.521,12</b>	<b>193.883.740,83</b>	<b>-0,54%</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Refere-se à apropriação por competência, passível de futura execução orçamentária.

**Nota 10 – Demais Obrigações a Curto Prazo –** Compreendem outras obrigações da entidade junto a terceiros, conforme quadro abaixo:

Descrição	2023	2022
Precatórios sob a Guarda do TJPE – Entes e Entidades <sup>1</sup>	166.257.295,32	-
Contribuições Previdenciárias RPPS a Recolher - Folha de Pessoal Civil	36.119.324,09	39.863.807,23
Imposto de Renda Retido a Recolher – Folha de Pessoal Civil	23.093.929,39	20.334.709,89
Pessoal a Pagar pela UG <sup>2</sup>	10.519.526,15	-
Depósito de Terceiros e Cauções	4.900.657,89	3.353.152,84
Demais consignações Retidas sobre a Folha de Pagamento	412.027,17	272.580,99
Demais Obrigações	1.989.501,73	2.866.817,43
<b>Total</b>	<b>243.292.261,74</b>	<b>66.691.068,38</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Os recursos de precatórios sob a guarda do TJPE pertencentes aos Entes / Entidades do estado de Pernambuco, bem como à autarquia federal INSS por ações acidentárias, foram registrados no ativo e passivo financeiro do Poder a partir de 31/12/2023.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023**

Esses valores vinham sendo acompanhados por meio de contas de controle, totalizando ao final de 2022 o valor de R\$ 137.335.804,29.

<sup>2</sup> Sistemática de contabilização da folha de pagamento, definida pelo Poder Executivo, foi modificada em 2023, gerando saldo de pessoal a pagar no grupo “Demais Obrigações a Curto Prazo”.

**Nota 11 – Resultados Acumulados** – Compõem o Patrimônio Líquido - PL da entidade, detalhado no quadro a seguir.

Descrição	2023	2022
Resultado do Exercício <sup>1</sup>	144.954.699,10	32.621.477,25
Ajustes de Exercícios Anteriores	(34.735,36)	(176.270,89)
Subtotal	144.919.963,74	32.445.206,36
Resultado de Exercícios Anteriores	907.659.716,30	875.214.509,94
Total do Patrimônio Líquido	1.052.579.680,04	907.659.716,30

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Detalhado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Quanto aos ajustes de exercícios anteriores, o quadro a seguir elenca os fatos que determinaram tais registros.

Descrição	2023	2022
Varição no valor econômico de bens móveis doados	(25.560,00)	(82.501,69)
Créditos a receber	(19.094,91)	(28.895,67)
Ajustes em Valores de Bens Imóveis	13.839,62	-
Depreciação/Baixa de Bens Móveis	(4.280,07)	1.786,64
Registro de Bens Móveis	860,00	-
Baixa de suprimentos com prestação de contas no exercício anterior	(500,00)	(12.120,75)
Depreciação de Bens Imóveis	-	(33.542,42)
Intangível (Software)	-	(20.997,00)
Total	(34.735,36)	(176.270,89)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023**

**4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)**

Evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da entidade, indicando o resultado patrimonial do exercício, apurado através do confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

A DVP foi elaborada no modelo analítico, detalhando os subgrupos das variações patrimoniais em um único quadro, conforme previsão da IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais e do MCASP.

**Nota 1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria** – Correspondem apenas a Taxas, conforme detalhamento a seguir:

Descrição	2023	2022
Taxa sobre Serviços Notariais ou Registrais – TSNR	123.745.903,08	112.832.382,67
(-) Restituição de Taxa sobre Serviços Notariais ou Registrais – TSNR	(387.367,30)	(264.390,93)
Custas Processuais	119.858.409,70	95.374.676,15
(-) Restituição de Custas Processuais	(195.360,17)	(242.620,55)
Taxa Judicial	85.545.520,14	67.832.175,62
(-) Restituição de Taxa Judicial	(101.585,32)	(106.275,14)
Receitas Incidentes sobre Emolumentos	16.543.589,20	-
(-) Restituição de Receitas Incidentes sobre Emolumentos	(19.923,72)	-
<b>TOTAL</b>	<b>344.989.185,61</b>	<b>275.425.947,82</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 2 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos** – A variação negativa, em relação ao ano anterior, justifica-se por não ter ocorrido receita advinda de inscrições para concurso público no Poder.

Descrição	2023	2022
Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal	7.508.687,70	6.600.004,70
Serviços de Fornecimento de Selo Digital de Autenticidade dos Atos Extrajudiciais	2.530.418,25	2.497.552,25
(Continua)		



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023**

	(Continuação)	
(-) Restituição da Receita de Serviços de Fornecimento de Selo Digital de Autenticidade dos Atos Extrajudiciais	(700,00)	(675,00)
Receita de Arrendamentos	1.261.517,54	1.063.346,28
Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	-	2.023.629,02
Outras Receitas	236.685,09	203.967,99
<b>TOTAL</b>	<b>11.536.608,58</b>	<b>12.387.825,24</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 3 – Transferências e Delegações Recebidas** - Correspondem principalmente a transações entre unidades gestoras do Estado de PE, pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social, relativas a transferências recebidas de valores e bens.

Descrição	2023	2022
Transferências Intragovernamentais	2.065.436.200,00	1.945.807.778,00
Duodécimos Recebidos <sup>1</sup>	2.065.436.200,00	1.945.807.778,00
Transferências de Pessoas Físicas	10,60	30,00
<b>Total</b>	<b>2.065.436.210,60</b>	<b>1.945.807.808,00</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Em 2023, contempla o recebimento de R\$ 2.025.436.200,00, previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA (0500000000-Recursos não vinculados de Impostos), acrescido de R\$ 40.000.000,00, referente a crédito suplementar, conforme Decreto nº 55.256 de 01/09/2023.

**Nota 4 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos** – Em 2023, o valor total compreende a desincorporação de passivos, decorrente de ajustes no passivo de férias por competência (R\$ 35.516.122,52) e no passivo de licença prêmio (R\$ 7.169.250,99), cuja metodologia consiste em ajuste mensal de saldo a pagar. Também compreende ganhos com incorporação de ativos (R\$ 21.319,67).

**Nota 5 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas** – Compreendem as reversões de provisões e ajustes de perdas, bem como diversas variações patrimoniais aumentativas, as quais abrangem principalmente a receita pela administração dos depósitos judiciais em bancos oficiais, conforme detalhado no quadro abaixo.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023**

Descrição	2023	2022
Receita pela Administração dos Depósitos Judiciais em Bancos Oficiais	99.545.270,86	35.156.364,09
Ressarcimento de Despesa com Pessoal à Disposição	2.711.227,92	2.709.533,59
Indenizações e Restituições	1.564.092,61	1.415.207,21
Multas Administrativas	237.814,65	460.581,31
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	36.110,51	25.264,43
Demais Variações Patrimoniais Aumentativas	43.853,69	271.636,91
Receitas Incidentes sobre os Emolumentos	-	14.964.056,63
(-) Restituição de Receitas Incidentes Sobre os Emolumentos	-	(15.014,44)
<b>Total</b>	<b>104.138.370,24</b>	<b>54.987.629,73</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 6 – Pessoal e Encargos** – Compreendem as VPD's relacionadas aos dispêndios com remuneração de servidores e magistrados, incluindo encargos patronais e benefícios.

Descrição	2023	2022	2023/2022
Remuneração a Pessoal <sup>1</sup>	1.556.080.296,20	1.463.070.034,79	6,36%
Encargos Patronais	335.316.857,52	310.500.662,38	7,99%
Benefícios a Pessoal	156.988.323,96	141.581.213,01	10,88%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	55.794.443,49	22.116.719,12	152,27%
Despesas com o Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI)	30.072.238,20	-	-
Demais Variações	25.722.205,29	22.116.719,12	16,30%
<b>Total</b>	<b>2.104.179.921,17</b>	<b>1.937.274.279,30</b>	<b>8,62%</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup>Inclui principalmente salário e vencimentos dos servidores e magistrados, 13º Salário, gratificações, férias e abono de permanência.

O Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), destinado a servidores efetivos, foi previsto na Lei Estadual nº 18.145/2023 e regulamentado pela resolução TJ nº 497/2023.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023**

**Nota 7 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais** - Evidenciam os valores pagos a título de auxílio saúde e auxílio funeral.

**Nota 8 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo** – Evidencia o uso de material de consumo, serviços, depreciação e amortização, sendo as duas últimas calculadas conforme detalhado no item 2.1.7.

Descrição	2023	2022
Serviços	175.929.963,85	160.240.516,73
Locação de mão de obra	82.239.532,44	73.678.274,83
Serviços de tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	29.296.540,89	25.554.055,80
Diárias, passagens e despesa com deslocamento	4.939.806,98	2.552.853,25
Demais Serviços	59.454.083,54	58.455.332,85
Uso de Material de Consumo	16.285.512,34	14.500.755,91
Depreciação de Bens Móveis	12.697.204,92	13.374.883,34
Depreciação de Bens Imóveis	9.738.959,45	9.442.101,12
Amortização de Intangível	3.464.075,54	3.869.596,41
<b>Total</b>	<b>218.115.716,10</b>	<b>201.427.853,51</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 9 – Transferências e Delegações Concedidas** – Compreendem as transferências intragovernamentais, intergovernamentais e aquelas destinadas a instituições privadas.

Descrição	2023	2022
Transferências Intragovernamentais	42.514.705,28	107.964.983,16
Transferências Intergovernamentais	795.814,98	1.495.814,24
Transferências a Instituições Privadas	336.438,63	232.116,00
<b>Total</b>	<b>43.646.958,89</b>	<b>109.692.913,40</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

As transferências intragovernamentais correspondem a transações realizadas entre unidades gestoras do Estado de PE e do próprio Poder, pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social, relativas a transferências de valores, bens móveis e imóveis, conforme detalhamento a seguir.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023**

Descrição	2023	2022
Repasses financeiros concedidos <sup>1</sup>	41.225.489,70	107.128.938,07
Bens Imóveis - Cessões devolvidas	922.917,13	826.165,06
Bens Imóveis - Cessões concedidas	366.298,45	-
Bens Móveis - Doações para Outro Órgão	-	9.880,03
<b>Total</b>	<b>42.514.705,28</b>	<b>107.964.983,16</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Do montante de 2023, R\$ 40.000.000,00 refere-se a repasses efetuados ao Poder Executivo Estadual, conforme autorizado pela Lei nº 18.165/23 e R\$ 1.225.489,70 transferido à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei nº 11.404/1996.

Já as transferências intergovernamentais compreendem a devolução de imóveis cedidos por municípios (R\$ 547.936,63) e cessões de imóveis concedidas a municípios (R\$ 247.878,35).

As transferências a instituições privadas, no valor de R\$ 336.438,63, compreendem a transferência a instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e doações de bens móveis concedidas para instituições privadas sem fins lucrativos.

**Nota 10 – Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos** – Refere-se à desincorporação de ativos e ajuste para perdas em créditos e dívida ativa não tributária, conforme tabela a seguir:

Descrição	2023	2022
Outras Desincorporações de Ativos Intangíveis	4.043.152,14	47.069,00
Ajuste para Perdas em Créditos e Dívida Ativa Não Tributária	1.337.576,74	590.114,44
Perdas com Alienação	769.027,73	133.137,50
Desincorporações de Imobilizado	173.722,30	444.553,35
Perdas Involuntárias	25.013,67	127.014,83
Desincorporação de Créditos a Receber não Tributários	11.882,91	11.393,40
Desincorporações de Estoques	-	1.046.854,31
<b>Total</b>	<b>6.360.375,49</b>	<b>2.400.136,83</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023**

**Nota 11 – Tributárias** – Correspondem especificamente às variações decorrentes de taxas, destacando-se as municipais, e contribuições previdenciárias sobre prestação de serviços pessoa física.

**Nota 12 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas** – Compreendem as diversas variações patrimoniais diminutivas, destacando-se as despesas com militares inativos da guarda patrimonial, no valor de R\$ 2.944.350,00.

## 5. Balanço Orçamentário

Evidencia as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, conforme art. 102 da Lei nº 4.320/1964.

Apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício (dotação inicial mais os créditos adicionais abertos), as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

De acordo com o disposto no MCASP e IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário, é composto pelos quadros:

- Balanço Orçamentário – MCASP
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados

### 5.1. Balanço Orçamentário - MCASP

O Balanço Orçamentário elaborado não contempla as transferências financeiras recebidas e concedidas, destacando-se aquelas recebidas a título de duodécimos do Poder Executivo, em virtude do disposto nas orientações do MCASP, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, conforme trecho abaixo:

Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos, sendo deficitários e



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023**

dependentes de recursos do Tesouro. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionadas à execução do orçamento do exercício.

Como consequência desse dispositivo, o Balanço Orçamentário do Poder apresenta um déficit, suportado pelos duodécimos recebidos, conforme justificado na Nota 4.

**Nota 1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria** – Compreendem as receitas diretamente arrecadadas, relativas a custas processuais, taxa judiciária, Taxa de Utilização dos Serviços Notariais ou de Registro (TSNR) e Receita Incidente sobre Emolumentos. É apresentada pelo seu valor líquido, importando em uma receita bruta arrecadada de R\$ 344.352.422,96, com dedução de R\$ 704.236,51, que correspondem a restituições de recursos recebidos a maior ou indevidamente.

Descrição da Receita com Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	Arrecadação por Exercício		
	2023	2022	% (2023/2022)
Custas Processuais	119.019.558,43	95.068.445,12	25,19%
Taxa Judicial	84.746.426,76	67.658.599,45	25,26%
Taxa de Serviços Notariais ou de Registro – TSNR	123.358.535,78	112.567.991,74	9,59%
Receitas Incidentes sobre Emolumentos <sup>1</sup>	16.523.665,48	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>343.648.186,45</b>	<b>275.295.036,31</b>	<b>24,83%</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Em 2023, compreende a Receita Incidente sobre Emolumentos, deduzida de sua restituição, que em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN nº 5.539/2022) passou a ser registrada no grupo de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.

**Nota 2 – Previsão Atualizada da Receita** – Em 2023, o decreto estadual nº 55.256/2023, autorizou a abertura de crédito suplementar utilizando como fonte o excesso de arrecadação da Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - Principal - FPE. Em que pese tratar-se de um recurso arrecadado pelo Tesouro Estadual, a Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAG) atualizou equivocadamente a previsão de receita orçamentária na Unidade Gestora do TJPE, razão pela qual deve ser desconsiderada para fins de análise, principalmente quando da análise do resultado da arrecadação x previsão da receita.

**Nota 3 – Outras Receitas Correntes** – Do montante, R\$ 99.910.860,69, equivalente a 95,81%, compreende a arrecadação da receita advinda da remuneração pela administração dos depósitos judiciais em bancos oficiais.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023**

**Nota 4 – Déficit Orçamentário** – É obtido pela diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O resultado deficitário, evidenciado no quadro abaixo, decorre essencialmente das transferências financeiras advindas do Estado a título de duodécimos, as quais não são consideradas receitas orçamentárias neste Poder, vez que já foram computadas pela Secretaria da Fazenda na origem quando da arrecadação.

Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Resultado da Execução
(a)	(b)	(c) = ( a – b )
509.935.520,80	2.372.912.253,56	(1.862.976.732,76)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Caso o modelo da demonstração, elaborado pela STN, considerasse as transferências recebidas e concedidas, o resultado apresentado seria superavitário no valor de R\$ 161.233.977,54.

Receitas Realizadas	Transferências Recebidas (Duodécimos)	Despesas Empenhadas	Transferências Concedidas <sup>1</sup>	Superávit
(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = ( a + b – c - d )
509.935.520,80	2.065.436.200,00	2.372.912.253,56	41.225.489,70	161.233.977,54

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Compreende o repasse à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei nº 11.404/1996, no valor de R\$ 1.225.489,70, bem como o repasse efetuado ao Poder Executivo Estadual, conforme autorizado pela Lei nº 18.165/23, no valor de R\$ 40.000.000,00, cuja fonte foi superávit de exercícios anteriores.

**Nota 5 – Saldos de Exercícios Anteriores** – O montante de R\$ 69.175.976,19 foi utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais suplementares no exercício de 2023. Desse montante, R\$ 39.175.976,19 representa 100% do superávit financeiro do exercício de 2022, apurado no balanço patrimonial deste Poder na fonte 500-Recursos não vinculados de impostos (Decreto nº 54.995/23). Já o valor restante de R\$ 30.000.000, representa 98% do superávit financeiro apurado em 2022 na fonte 75957-FUNSEG (Decreto nº 54.505/23).

**Nota 6 – Dotação inicial** - Em conformidade com a Lei Orçamentária Anual (LOA), a composição do orçamento deste Poder consta demonstrada no quadro abaixo:



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023**

Previsão Inicial da Receita	Transferências a Receber conforme LOA (Duodécimo)	Orçamento Concedido à Defensoria Pública <sup>1</sup>	Receita prevista no Executivo <sup>2</sup>	Dotação Inicial da Despesa
(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b – c + d)
331.654.800,00	2.025.436.200,00	(1.040.000,00)	25.000.000,00	2.381.051.000,00

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Orçamento concedido à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, que poderá executar esse valor à medida em que este Poder repasse 1% da arrecadação mensal com Taxa sobre Serviços Notariais ou Registrais (TSNR). Esta transferência ocorre em cumprimento ao § 3º, art. 27, da Lei nº 11.404/1994, que prevê a aplicação na Assistência Judiciária do Estado.

<sup>2</sup> Orçamento referente Empréstimo previsto junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), cuja despesa foi fixada no Poder Judiciário. Contrato não efetivado.

**Nota 7 – Dotação Atualizada** – Em relação à dotação inicial, houve um acréscimo de R\$ 109.175.976,19. Esse montante resulta de suplementações decorrentes de créditos adicionais no valor de R\$ 69.175.976,19, advindos de superávit financeiro, evidenciado na nota 5 acima, além do aumento de R\$ 40.000.000,00, fonte de Cessão de Excesso de Arrecadação do Poder Executivo, conforme Decreto nº 55.256/23.

Dotação Inicial da Despesa	Suplementação (Superávit Financeiro - TJ)	Suplementação (Cessão de Excesso de Arrecadação - Poder Executivo)	Dotação Atualizada da Despesa
(a)	(b)	(c)	(d) = (a + b + c)
2.381.051.000,00	69.175.976,19	40.000.000,00	2.490.226.976,19

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 8 – Despesas Empenhadas** – Atingiram o montante de R\$ 2.372.912.253,56, correspondendo a 95,29% das autorizações, representando uma economia na execução, saldo orçamentário não utilizado, da ordem de R\$ 117.314.722,63.

**5.2. Conciliação dos dados do Balanço Orçamentário com a Demonstração de Fluxos de Caixa**

Em observância ao Item 2.3, subitem J, Parte V do MCASP 9ª edição, segue abaixo a conciliação de dados do Balanço Orçamentário com informações extraídas da Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa da Demonstração de Fluxos de Caixa.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023**

Conciliação do Balanço Orçamentário com a Demonstração dos Fluxos de Caixa	
(+) Receitas Correntes (Arrecadadas)	509.755.945,80
(+) Transferências Recebidas (Duodécimos)	2.065.436.200,00
(-) Despesas Correntes Pagas (Desembolsos)	(2.351.797.263,22)
(-) Pessoal e demais despesas correntes pagas	(2.343.520.043,64)
(-) Restos a pagar de 2022 pagos em 2023 ref. Atividades Operacionais	(8.277.219,58)
(-) Transferências Concedidas <sup>1</sup>	(41.225.489,70)
(=) <i>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</i>	182.169.392,88
(+) Receitas de Capital (Arrecadadas)	179.575,00
(-) Despesas de Capital Pagas	(25.012.030,15)
(-) Despesas de capital pagas	(21.054.689,61)
(-) Restos a pagar de 2022 pagos em 2023 ref. Investimentos	(3.957.340,54)
(=) <i>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)</i>	(24.832.455,15)
Geração líquida de caixa e equivalente de caixa (III) = (I) + (II)	157.336.937,73

<sup>1</sup> O total de transferências concedidas neste demonstrativo difere do apresentado na DFC, uma vez que o valor acima representa os valores repassados sem correspondente execução orçamentária. Dessa forma, na DFC, consta como transferência concedida o valor de R\$ 41.540.733,33, que contempla R\$ 315.243,63 referente a despesas correntes pagas a instituição de pesquisa e desenvolvimento tecnológico (modalidade de aplicação 50).

## 6. Balanço Financeiro

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Os ingressos de natureza orçamentária e extraorçamentária especificam, respectivamente, as receitas do ente, as transferências financeiras recebidas, dentre estas, o duodécimo repassado pelo Estado, e os valores recebidos pertencentes a terceiros, como, por exemplo, cauções, consignações, retenções de tributos, depósitos de diversas origens e os restos a pagar inscritos no exercício.

Os dispêndios orçamentários representam as despesas orçamentárias empenhadas. Já os dispêndios extraorçamentários são saídas de caixa relativas a devoluções de cauções, pagamento de consignações, retenções e restos a pagar, entre outros.

Sua elaboração segue as orientações contidas na IPC 06 - Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro, além do disposto no MCASP.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023**

**Nota 1 – Receita Orçamentária** – A receita está apresentada líquida das deduções. São tratadas como deduções da receita as restituições de custas e taxa judiciais, taxa sobre serviços notariais ou registrais (TSNR) e das receitas sobre emolumentos, e outras receitas recebidas a maior ou indevidamente evidenciadas abaixo.

Descrição	2023	2022
Receita Orçamentária Bruta (I)	510.650.457,31	369.543.015,64
Total Restituições (II)	(714.936,51)	(628.976,06)
(-) Restituição de Taxa sobre Serviços Notariais ou Registrais – TSNR	(387.367,30)	(264.390,93)
(-) Restituição de Custas Processuais	(195.360,17)	(242.620,55)
(-) Restituição de Taxa Judicial	(101.585,32)	(106.275,14)
(-) Restituição de receitas incidentes sobre os emolumentos	(19.923,72)	(15.014,44)
(-) Restituição de Devolução Indevida do Programa Judiciário Conectado	(10.000,00)	-
(-) Restituição da receita de serviços de fornecimento de selo digital de autenticidade dos atos extrajudiciais	(700,00)	(675,00)
Receita Orçamentária Líquida (III) = (I) + (II)	509.935.520,80	368.914.039,58

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Parte da receita da fonte de recursos provenientes da alienação de outros ativos é arrecadada pela UGE 070002 - FERM, entretanto, em razão do padrão definido pelo Poder Executivo, é contabilizada em fonte específica pela vinculação legal exigida na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Nota 2 – Transferências Financeiras Recebidas** – Referem-se ao valor recebido do Poder Executivo, a título de duodécimo, no valor total de R\$ 2.065.436.200,00.

**Nota 3 – Transferências Financeiras Concedidas** – Compreende o repasse à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei n 11.404/1996, no valor de R\$ 1.225.489,70, bem como o repasse efetuado ao Poder Executivo Estadual, conforme autorizado pela Lei nº 18.165/23, no valor total de R\$ 40.000.000,00. Além disso,



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023**

contempla também as transferências realizadas para instituição de pesquisa e desenvolvimento, que totalizaram o valor de R\$ 315.243,63.

**Nota 4 – Saldo para o Exercício Seguinte** – Através da análise comparativa, verifica-se um aumento do resultado financeiro do exercício, no montante de R\$ 318.476.283,41, em relação ao saldo das disponibilidades existentes em 31/12/2022, reflexo do fluxo da movimentação financeira dos ingressos e dispêndios.

Destaca-se que o incremento no Saldo Financeiro em 2023 foi impactado pelo registro inicial dos Precatórios sob a guarda do TJPE, pertencentes aos Entes / Entidades do Estado de Pernambuco, evidenciado na linha “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”.

Saldo Final 31/12/2023	Saldo Final 31/12/2022	Resultado Financeiro 2023
(a)	(b)	(c) = (a - b)
596.637.181,37	278.160.897,96	318.476.283,41

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)**

Elaborada pelo método direto, apresenta as entradas e as saídas de caixa classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, permitindo avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, além da análise da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Na DFC são apresentados os fluxos de caixa extraorçamentários, inerentes à execução orçamentária, provenientes do fato de a despesa orçamentária paga, evidenciada pelo sistema, ser contabilizada pelo seu valor bruto. Entretanto, a saída de caixa efetiva desses recursos ocorre em datas distintas, conforme data de pagamento aos credores e de recolhimento das respectivas retenções. Além disso, a movimentação de valores de terceiros, a exemplo de cauções, considerada extraorçamentária, não representa ingressos e dispêndios operacionais, de investimentos, tampouco financiamento. Tal sistemática está em conformidade com o disposto no item 16 da IPC 08, que orienta ajustar o saldo da conta caixa e equivalentes de caixa quando há valores vinculados em sua composição.

Destaca-se que os fluxos de caixa negativo dos investimentos, numa análise consolidada, foram custeados pelo fluxo de caixa positivo das operações.



Dados Consolidados

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023**

**Nota 1 – Transferências Recebidas** – Representam as transferências financeiras recebidas, no montante de R\$ 2.065.436.200,00, para cobertura dos gastos classificados na fonte de recurso 0500000000-Recursos não vinculados de Impostos, advindo do Poder Executivo a título de duodécimos, previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA e suplementação do Decreto nº 55.256/23.

**Nota 2 – Transferências Concedidas** – Compreende o repasse à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei n 11.404/1996, no valor de R\$ 1.225.489,70, bem como o repasse efetuado ao Poder Executivo Estadual, conforme autorizado pela Lei nº 18.165/23, no valor total de R\$ 40.000.000,00. Além disso, contempla também as transferências realizadas para instituição de pesquisa e desenvolvimento, que totalizaram o valor de R\$ 315.243,63.

**Nota 3 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa** – Corresponde a soma do Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Os valores apresentados na DFC a título de Caixa e Equivalente de Caixa inicial e final coincidem com os apresentados no Ativo Circulante no Balanço Patrimonial. Ressalta-se ainda que o saldo considerado na DFC não contempla o saldo de depósitos restituíveis e valores vinculados, evidenciados no balanço financeiro como saldo para o exercício seguinte, por não representar recursos que possam ser utilizados pelo Poder.

**Nota 4 – Geração Líquida Extraorçamentária** – Corresponde à movimentação de recursos extraorçamentários, representados principalmente pelo ingresso e pagamento de retenções e depósitos diversos, que resultaram, no exercício de 2023, em uma diminuição no saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa de R\$ 5.117.949,64.

Recife, 12/04/2024.

Carleide Maria Bezerra  
Contadora – CRC/PE-019946/O

Des. Ricardo Paes Barreto  
Presidente

Nota 1: A publicação das demonstrações contábeis no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), ocorreu em 24/04/2024, edição nº 75/2024, disponível no endereço <https://www.tjpe.jus.br/dje>. Acrescentamos que alguns formatos perderam a configuração, por exemplo, tamanho da fonte de citação, deslocamento, texto centralizado e tabelas, em razão da adequação automática da própria ferramenta do Dje.